



Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação

ISSN: 1518-2924

adilson.pinto@ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Bastos GUIMARÃES, Ítalo José; Ferreira de
SOUSA, Marckson Roberto; França de LIMA, Izabel
Educação a distância como ferramenta de inclusão social e digital.
Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência
da informação, vol. 24, núm. 56, 2019, Setembro-, pp. 1-19
Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019.e58846>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14763093002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFSC
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DA UFPBVIRTUAL

Distance education as a tool for social and digital inclusion: a case study with UFPBVIRTUAL students

Ítalo José Bastos **GUIMARÃES**

Departamento de Ciência da Informação,
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
adm.italoguimaraes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6523-4025> 

Marckson Roberto Ferreira de **SOUSA**

Departamento de Ciência da Informação,
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
marckson.dci.ufpb@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2001-1631> 

Izabel França de **LIMA**

Departamento de Ciência da Informação,
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil
belbib@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2701-5432> 

Mais informações da obra no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Apresenta a modalidade de ensino superior a distância como uma possibilidade de inclusão social e digital. A partir de 2006, com a regulamentação da educação a distância (EAD) em instituições federais de ensino superior, foi possível ter uma expansão significativa no número de vagas oferecidas, e a EAD, antes vista como uma educação marginalizada e sem reconhecimento, agora se apresenta como uma possibilidade concreta de uma educação de qualidade. O objetivo do artigo foi identificar como o acesso aos cursos de ensino superior a distância pode contribuir no processo de inclusão social e digital de pessoas residentes em pequenas cidades do Nordeste.

Método: Realizou-se uma pesquisa direta por meio de um estudo de caso com 42 ingressos do curso de licenciatura em Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba. O instrumento de coleta de dados foi um questionário *online* misto (com perguntas fechadas e abertas), adotando-se uma amostra por conveniência.

Resultado: Evidencia-se que a EAD pode se tornar uma das opções mais adequadas para algumas pessoas que possuem fatores limitantes, como trabalho em tempo integral, ausência de tempo para dedicação exclusiva a graduação presencial ou residem em locais que não possuem proximidade com as universidades públicas tradicionais.

Conclusões: Os estudantes ainda percebem que há preconceito ou discriminação da sociedade por realizarem um curso a distância, mas reconhecem que se sentem socialmente incluídos, esperam ser incorporados pelo mercado de trabalho e não acreditam que haja distinção das empresas em relação a EAD.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Inclusão social. Inclusão digital. UFPB.

ABSTRACT

Objective: This article presents the mode of distance education as a possibility of social and digital inclusion. As of 2006, with the distance education regulation in federal institutions of higher education, it was possible to have a significant expansion in the number of vacancies offered, and the long-distance education, previously seen as a marginalized and unrecognized education, now presents itself as a concrete possibility of a quality education. The objective of the article was to identify how access to Distance Higher Education can contribute to the social and digital inclusion process of people located in small towns in the Northeast.

Methods: For this, the quantitative-qualitative research was carried out with 42 students of the degree course in Agrarian Sciences of the Universidade Federal da Paraíba. The instrument of data collection was a mixed online questionnaire (with closed and open questions), adopting a sample for convenience.

Results: It can be seen that EAD can become one of the most appropriate options for some people who have limiting factors, such as full-time work, absence of time for exclusive dedication to graduation, or reside in places that do not have proximity to traditional public universities.

Conclusions: The students still perceive that there is prejudice or discrimination in society by taking a distance course, but recognize that they feel socially included, expect to be incorporated by the labor market, and do not believe that there is a distinction between companies in relation to EAD.

KEYWORDS: Distance education. Social inclusion. Digital inclusion. UFPB.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de exclusão social vem sendo amplamente discutido e busca apresentar a comparação ou diferença entre o que é ser ou estar incluído socialmente e o processo inverso, ou seja, o que é ser ou estar excluído socialmente. A exclusão origina-se na desigualdade social desde os tempos coloniais, associada a processos sociais excludentes como baixos níveis de escolaridade, acirramento da competição social e alteração de valores morais. Sendo assim, entende-se que a inclusão existe devido às consequências históricas vinculadas a exclusão (DAL POZZO; FURINI, 2010).

Kowarick (2003) define a inclusão social como um processo que pretende promover a inserção dos segmentos que estão em situação de vulnerabilidade em diversos contextos, tais como: sua cidade, escola, universidade, emprego e proteção social. Neste artigo, aborda-se a educação na modalidade a distância como uma forma de inclusão social e digital. Para Sheppard (2006) a inclusão está relacionada diretamente com a procura de uma estabilidade social, que só é possível com cidadania social, onde todos os indivíduos possuem os mesmos direitos na sociedade. Por mais utópico que pareça, as pessoas buscam alternativas para sentirem-se reconhecidas no meio em que vivem.

Nesse sentido, a educação a distância (EAD) surge como importante ferramenta de inclusão social, especialmente em um país em desenvolvimento como o Brasil, onde existem diversas pessoas que não possuem acesso à educação de qualidade por diversos motivos, especificamente: (a) número de municípios onde não há universidades públicas geograficamente próximas, ou (b) necessidade de pessoas com baixa renda trabalhar com o objetivo de auxiliar nas despesas familiares, limitando seu tempo para se adequar às exigências de uma instituição pública convencional/presencial.

O presente estudo tem por objetivo identificar como o acesso aos cursos de ensino superior a distância (EAD) pode contribuir no processo de inclusão social e digital de pessoas localizadas em pequenas cidades do Nordeste. Busca-se evidenciar a evolução da EAD, antes vista como uma educação sem reconhecimento, e atualmente, apresentando-se como uma possibilidade concreta de uma educação de qualidade com interatividade humana, infraestrutura tecnológica adequada e professores capacitados para interagir com seus alunos sem limitação de tempo e espaço físico.

2 INCLUSÃO SOCIAL E DIGITAL

A inclusão social é um tema que precisa de uma ampla discussão sobre como está sendo conduzida pelos governos. Trata-se de um processo que deve garantir igualdade de oportunidades nas esferas econômica, social e cultural, assegurando as pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, a possibilidade de ascensão de vida e bem-estar na sociedade em que vivem (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003).

Para Laclau (2006) a inclusão social é uma questão de abertura e de gestão. Isto é, faz-se necessário ter abertura para identificar e compreender as manifestações de insatisfação e diferenças sociais apresentadas em diversos contextos, bem como projetar e implementar ações por meio de técnicas gerenciais, alocando recursos em projetos e programas, conhecidos como políticas públicas.

As universidades públicas têm um papel fundamental no processo de inclusão social. Precisam se adequar as realidades sociais e elaborar estratégias que amenizem a desigualdade na educação superior. Devem expandir e gerar oportunidades de acesso a todos os extratos sociais da população, não sendo assim, pode ampliar as desigualdades sociais (PEDROSA, 2013). Neste sentido, Camargo (2017) afirma que a inclusão é uma prática social que se aplica em diversos contextos, incluindo a educação, a atitude de perceber o próximo, as coisas e a si mesmo.

Tratar de inclusão social é observar os impactos significativos nos aspectos econômicos dos indivíduos que são beneficiados por meio de ações inclusivas (SILVER, 2005). Busca-se amenizar os aspectos da exclusão social, como minorias étnicas, culturais, religiosas, diferenças socioeconômicas, diminuindo a desigualdade através de políticas públicas que contribuam para o aumento da renda e do emprego (WIXEY *et al.*, 2005). Para enfrentar as desigualdades sociais, é fundamental ter políticas públicas que proporcionem melhor distribuição de renda, oportunidades igualitárias de acesso à educação e o acesso à informação por meio das tecnologias da informação e comunicação (ALMEIDA; GONÇALVES, 2013).

Mantoan (2006, p. 19) traz um conceito interessante no qual aborda a educação inclusiva definida como “a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. Trazer a inclusão social para o ambiente da sala de aula é importante para compreender cada indivíduo e oferecer aqueles com maiores

dificuldades ou limitações condições de apoio que compensem suas desvantagens, para que todos tenham oportunidades de buscar a informação e transformar sua realidade.

Devido à crescente informatização da sociedade, o social integra-se agora ao que é digital. Os conceitos se unem de muitas maneiras, principalmente pelo potencial com o qual as tecnologias da informação e comunicação promovem o desenvolvimento e a inclusão social. Desse modo, para tratar de inclusão social, faz-se necessário envolver de várias formas a inclusão digital. Contudo, o acesso à tecnologia ainda é limitado para uma parcela da população brasileira (AKHRAS, 2010).

Silva *et al.* (2005) consideram que a inclusão digital é parte do fenômeno ao qual chamamos de informação, e por este motivo, pode ser estudado sob a ótica da Ciência da Informação. Para tal, os autores afirmam que o ponto inicial do conceito de inclusão digital associa-se ao acesso à informação presente nos meios digitais e encerra-se após a assimilação da informação que pode gerar um novo conhecimento, com a finalidade de promover um aprimoramento da qualidade de vida dos indivíduos.

No que se refere à educação e inclusão digital, Le Coadic (2004) é enfático ao mencionar que devido ao excesso de informação disponível na internet, exige-se dos usuários habilidades necessárias para aprender a se informar e aprender a informar. Logo, adquirir informação virtual não é uma tarefa fácil, precisa-se de orientação e treinamento para apresentar ferramentas direcionadas à busca, especialmente quando nos referimos às informações de cunho científico.

Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) destacam que não é possível existir uma sociedade da informação sem uma cultura informacional, isto é, as pessoas precisam estar preparadas para lidar com as informações na internet. Os autores afirmam que o maior problema da inclusão digital não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação. Portanto, a inclusão digital está associada ao comportamento informacional dos usuários, buscando meios que auxiliem na busca e recuperação da informação. Para Silva Filho (2003) é necessária a fusão de três fatores para que a inclusão digital ocorra, a saber: (a) as tecnologias da informação e comunicação, (b) disponibilidade de renda e (c) educação digital, na qual entende-se a importância dos aspectos cognitivos dos sujeitos que interagem com as tecnologias.

Mattos e Santos (2009) enfatizam a ideia de ampliar o conceito de inclusão digital criando condições concretas para que o processo social seja capaz de transformar as informações obtidas pelos indivíduos em conhecimento, bem como, por consequência dessa

apropriação, as pessoas possam transformar a realidade social que é extremamente desigual no Brasil.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A modalidade de educação a distância iniciou-se com universidades particulares nos Estados Unidos e na Europa, que lançaram cursos por correspondência no final do século XIX. No Brasil, apenas em 1994 a EAD foi oficializada devido à expansão da internet e à publicação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394/96. Antes de sua oficialização, cursos a distância eram oferecidos no país por meio do rádio educativo em 1923 e da televisão educativa na década de 1960. Em meados dos anos 80 e 90, iniciaram-se os primeiros cursos com o auxílio da internet e por videoconferência. Em 1997, universidades brasileiras introduziram o conceito de ambientes virtuais de aprendizagem, tornando a EAD reconhecida no país (VAN DER LINDEN, 2009).

Aretio (2001) afirma que a educação a distância encontra-se na sua 5ª fase ou geração, em que ocorre a diminuição significativa dos custos envolvidos na EAD. Essa geração possibilita experiências personalizadas com serviços pedagógicos e administrativos de auxílio ao estudante, tutores com qualidade e custos menores.

A partir do Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, a EAD torna-se oficialmente institucionalizada no Brasil, sendo reconhecida de acordo com este decreto como (BRASIL, 2005, *online*):

Capítulo I

Art.1º. Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A Portaria nº 873 de 7 de abril de 2006, com base no Art. 1º. da Lei n. 9.394, autorizou a oferta de cursos superiores a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Desde então, a modalidade a distância pode ser integrada ao sistema de ensino tradicional das IFES. Nesse contexto, a Universidade Federal da Paraíba lançou em 2008 seus primeiros cursos a distância através da UFPBVIRTUAL, que integra o Sistema de Universidade Aberta – UAB, com a oferta de onze cursos de graduação na modalidade a distância. Os cursos são ofertados na plataforma Moodle que é um ambiente virtual de

aprendizagem, atuando como um sistema educacional que faz a intermediação entre aluno e professores. A UFPBVIRTUAL conta com 28 polos municipais de apoio aos estudantes nos estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte. O quadro docente é formado em sua maioria, por professores doutores da própria instituição. (UFPBVIRTUAL, 2012).

De acordo com o Censo da Educação Superior 2014 – Brasil (2016, *online*), foram ofertados no Brasil 1.365 cursos, sendo 43,6% licenciatura, 35,1% tecnólogos e 21,2% bacharelados. A rede privada é responsável pela maioria dos cursos ofertados, enquanto a rede pública oferece cerca de 22% dos cursos. Em 2014, o Brasil teve 962.058 matrículas em cursos a distância. O número de matrículas na EAD já corresponde a 30% do número total de estudantes que ingressam em um curso de nível superior. Os dados demonstram a evolução da modalidade a distância no Brasil e sua importância no papel de inclusão social e digital.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado com base em uma pesquisa direta por meio da realização de um estudo de caso com estudantes do primeiro período do curso de licenciatura em Ciências Agrárias da modalidade a distância da Universidade Federal da Paraíba, respeitando as exigências do comitê de ética e pesquisa. O curso é ofertado pela universidade através da UFPB Virtual, na modalidade à distância. Yin (2010) argumenta que o estudo de caso é uma investigação empírica de uma determinada realidade com objetivo de aprofundar uma investigação em seu contexto real.

Como tipo de pesquisa, foi adotada a pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), o principal objetivo desse tipo de pesquisa é descrever as características encontradas em um fenômeno ou população. A exploratória visa observar fenômenos pouco explorados na literatura.

Como abordagem, utilizou-se quantitativa. Para Minayo (2009) esta abordagem visa realizar um estudo que se destina a descrever as características de um determinado grupo, observando numericamente as hipóteses levantadas. Diante disso, o Quadro 1 apresenta as principais informações metodológicas abordadas no estudo.

Quadro 1 – Aspectos metodológicos adotados na pesquisa

Tipo de Pesquisa	Exploratória e Descritiva
Abordagem de Pesquisa	Quantitativa

Procedimento	Estudo de caso com alunos do curso de licenciatura em Ciências Agrárias da UFPB.
Técnica de coleta de dados	Questionário <i>online</i> misto (perguntas abertas e fechadas)

Fonte: Elaborado pelos autores

Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010) o universo ou população é caracterizado como o total de indivíduos que fazem parte do campo de interesse da pesquisa, neste caso, o universo da pesquisa foi de 403 alunos matriculados no curso de licenciatura em Ciências Agrárias no ano de 2017. A amostra estabelecida por conveniência para realização do estudo piloto foi de 42 pessoas que responderam ao instrumento de pesquisa e aceitaram colaborar com os resultados do presente estudo. O questionário *online* foi elaborado com o GoogleDrive e disponibilizado para respostas no período entre 21 de junho de 2017 até o dia 31 de julho de 2017. Os dados coletados foram tabulados com uso do *Microsoft Excel* 2013 para elaboração de tabelas, quadros e gráficos. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e abertas, além do uso de escala tipo *Likert*.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise foi separada em três seções, a saber: (a) perfil dos participantes da pesquisa; (b) acerca da inclusão digital, abordando aspectos como experiência e conhecimento dos usuários em relação à informática, uso da internet, locais de acesso e plataforma EAD, além de fatores que podem contribuir para inclusão digital; e (c) acerca da inclusão social, apontando os principais motivos e fatores que podem levar a inclusão social na opinião dos participantes da pesquisa.

5.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Em relação ao gênero dos entrevistados, obteve-se um resultado homogêneo de 50% feminino ou masculino. A faixa etária apresenta uma diversidade não convencional de alunos ingressantes em cursos na modalidade presencial, onde percebe-se a presença de estudantes entre 18 e 21 anos até alunos com idade acima de 40 anos. O público jovem (entre 18 e 26 anos) ainda representa 50% dos alunos que estão ingressando na modalidade a distância, porém, destaca-se o interesse de pessoas acima dos 27 anos que estão buscando o acesso a um curso superior. A Tabela 1 apresenta as diferenças de idade dos alunos do curso de licenciatura em Ciências Agrárias – UFPB:

Tabela 1 – Faixa etária dos participantes da pesquisa

Faixa etária	Porcentagem
Entre 18 e 21 anos	26,2%
Entre 22 e 26 anos	23,8%
Entre 27 e 30 anos	9,5%
Entre 31 e 35 anos	16,7%
Entre 36 e 40 anos	0%
Entre 41 e 50 anos	19%
Acima de 50 anos	4,8%

Fonte: Dados da Pesquisa

Por meio da faixa etária, pode-se observar que alunos com idade acima de 22 anos estão aproveitando a oportunidade de ingressar em uma universidade pública, que outrora, por diversas justificativas, não permitiriam a eles vincularem-se no curso, dentre as quais, em sua maioria, são: não aprovação no vestibular tradicional (geralmente ao concluir o ensino médio), necessidade de iniciar um trabalho remunerado para auxiliar complementar a renda familiar ou por ausência de universidades próximas de sua cidade. Além de eventuais dificuldades financeiras para arcar com custos básicos de locomoção, moradia e alimentação.

O Quadro 2 ilustra a diversidade de alunos que a EAD pode alcançar e incluir. Dos 42 alunos que participaram da pesquisa, foram citadas 30 cidades em que estes residem. Com poucas exceções, a maioria das cidades mencionadas estão localizadas no interior de seus estados e sofrem com ausência de universidade pública nas proximidades da região e precário acesso à educação de qualidade.

Quadro 2 – Cidades em que residem os participantes da pesquisa

Cidades dos participantes da pesquisa		
Areia - PB	Juazeirinho - PB	Passa e Fica - RN
Baixa Grande - BA	Livramento - PB	Patos - PB
Boa Vista - PB	Luís Eduardo Magalhães - BA	Remígio - PB
Boqueirão - PB	Mundo Novo - BA	Salvador - BA
Caturité - PB	Maturitéia - PB	Serra Branca - PB
Cabaceiras - PB	Mauriti - CE	Serraria - PB
Damião - PB	Monteiro - PB	São Mamede - PB
Gurjão - PB	Natal - RN	Taperoá - PB
Ingá - PB	Nova Floresta - PB	Umbuzeiro - PB
Ipirá - BA	Parnamirim - RN	Zabelê - PB

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 2 apresenta os alunos da modalidade a distância em universidades públicas, geralmente são de classe econômica e social desfavorecida. Dos participantes da pesquisa, cerca de 85% das pessoas possuem renda familiar de no máximo 3 salários mínimos. O resultado demonstra a relevância social que a EAD proporciona aos alunos, mostrando que podem, através da educação, melhorar seu nível de satisfação e buscar melhores oportunidades profissionais.

Tabela 2 – Renda familiar mensal dos participantes da pesquisa

Renda familiar mensal	Porcentagem
Inferior a um Salário Mínimo	33,3%
Entre 1 e 3 Salários Mínimos	52,4%
Entre 4 e 6 Salários Mínimos	9,5%
Entre 7 e 8 Salários Mínimos	0,0%
Superior a 8 Salários Mínimos	4,8%

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que aos alunos pesquisados estão em situações socioeconômicas desfavoráveis. Pessoas com dificuldades de ingresso em um curso superior tradicional por motivos já mencionados podem, a partir da EAD, fazer parte de uma instituição pública, com suporte técnico necessário para estudar e obter um diploma a nível superior.

5.2 Acerca da inclusão digital

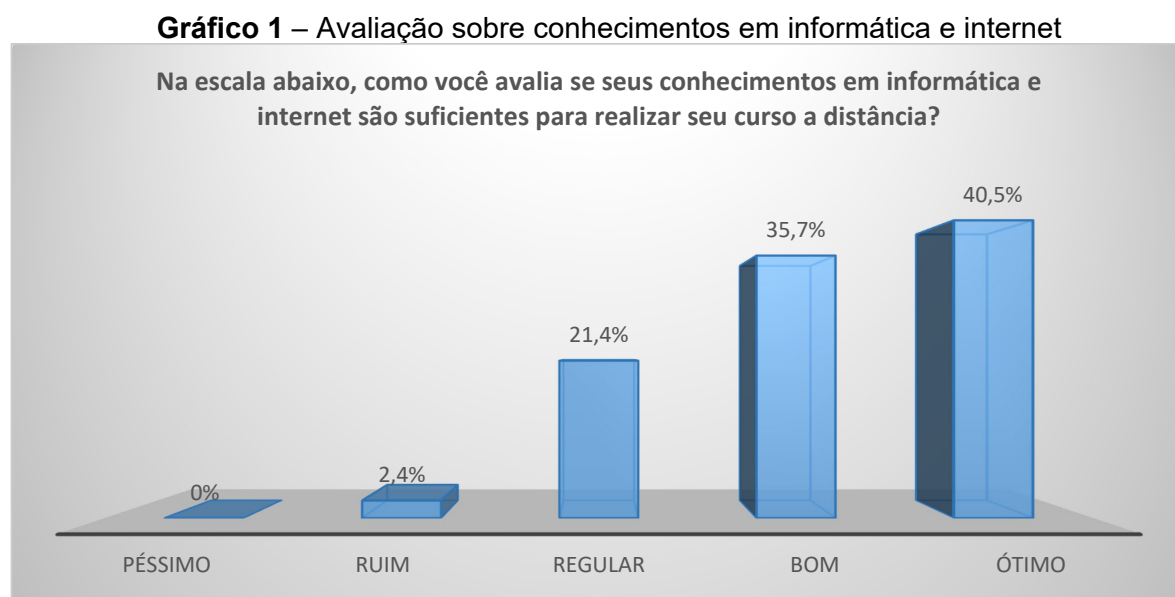
Por estarem em um ambiente virtual, os estudantes são conduzidos a utilizar com mais frequência computadores com acesso à internet. A Tabela 3 demonstra que mais de 76% dos entrevistados podem ser considerados experientes, por fazerem uso dos computadores há mais de cinco anos. Apenas 5% dos usuários, relataram que fazem uso da informática por menos de um ano. Usuários intermediários somam 19% da amostra. Pode-se observar que usuários com menos experiência com a tecnologia, tendem a ter mais dificuldades no processo de adaptação de um curso a distância.

Tabela 3 – Experiência do usuário em relação à informática e internet

Renda familiar mensal	Porcentagem
Inferior a 1 ano	5%
Entre 1 e 5 anos	19%
Mais de 5 anos	76%

Fonte: Dados da Pesquisa

O Gráfico 1 ilustra a avaliação sobre conhecimentos em informática e internet, que na opinião dos próprios estudantes, em sua maioria, consideram regular, bom e ótimo, totalizando 97,6%. Evidentemente, ter familiaridade com o computador e com a internet é um fator fundamental para cursar qualquer graduação a distância. Sendo assim, entende-se que a pessoa que não julgar ter um bom conhecimento no uso da tecnologia, dificilmente pode ter acesso à educação a distância e lamentavelmente, conforme afirma Akharas (2010), o acesso à tecnologia é limitado a uma parcela da população brasileira.



Fonte: Dados da Pesquisa

Além disso, os dados coletados na pesquisa demonstram que cerca de 90,5% dos participantes da pesquisa, afirmaram ter computador, *notebook* ou *tablet* com acesso à internet em sua residência. Apenas 9,5% não possuem e provavelmente utilizam outros locais, como casa de amigos/parentes, local de trabalho ou polos disponibilizados pela UFPB para realizar suas atividades do curso a distância.

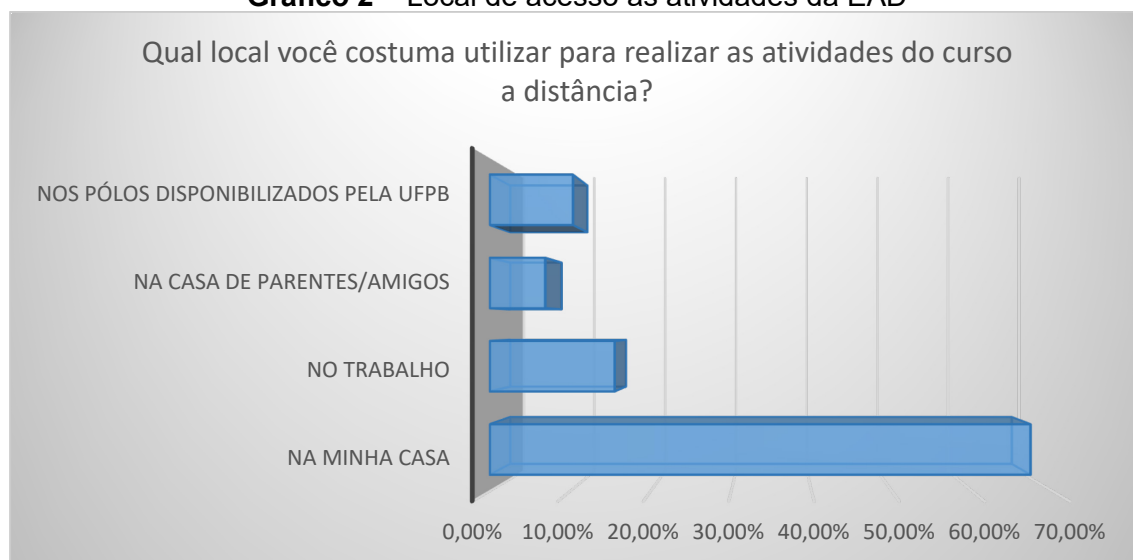
Assim sendo, de acordo com os dados apresentados, ter experiência no uso de tecnologias (usar habitualmente computador e navegar na internet) e possuir a infraestrutura necessária em sua própria residência, podem ser fatores de escolha no que se refere a optar por uma graduação a distância. Logo, pessoas que não se consideram usuários experientes ou pelo menos intermediários e não possuem computadores com acesso à internet em sua casa, podem sentir-se socialmente excluídas desta modalidade de ensino.

A plataforma Moodle é um ambiente virtual de aprendizagem com ferramentas como *chat*, fórum, glossário, tarefa, *wiki*, entre outras. As aulas, atividades e provas são realizadas

nesta plataforma. Os dados apontam um atraso da instituição no que concerne a oferecer um treinamento adequado para os alunos, pois 61,9% dos entrevistados afirmaram não ter recebido treinamento antes de iniciar seu curso a distância.

O local mais utilizado pelos estudantes para realização das atividades do curso a distância, conforme apresenta o Gráfico 2, é sua própria casa, representando 67% dos entrevistados. O segundo local mais utilizado é o ambiente de trabalho, onde cerca de 15% das pessoas utilizam a infraestrutura disponível para realização das atividades do curso. O terceiro local de acesso são os polos disponibilizados em regiões próximas, os quais funcionam como suporte para os estudantes. Cada polo oferece a infraestrutura necessária para os alunos, com computadores com acesso à internet e tutores que são responsáveis por auxiliar os estudantes. Cerca de 10% utilizam os polos para realizar suas atividades. Apenas 6,9% dos entrevistados utilizam casa de parentes ou amigos.

Gráfico 2 – Local de acesso as atividades da EAD

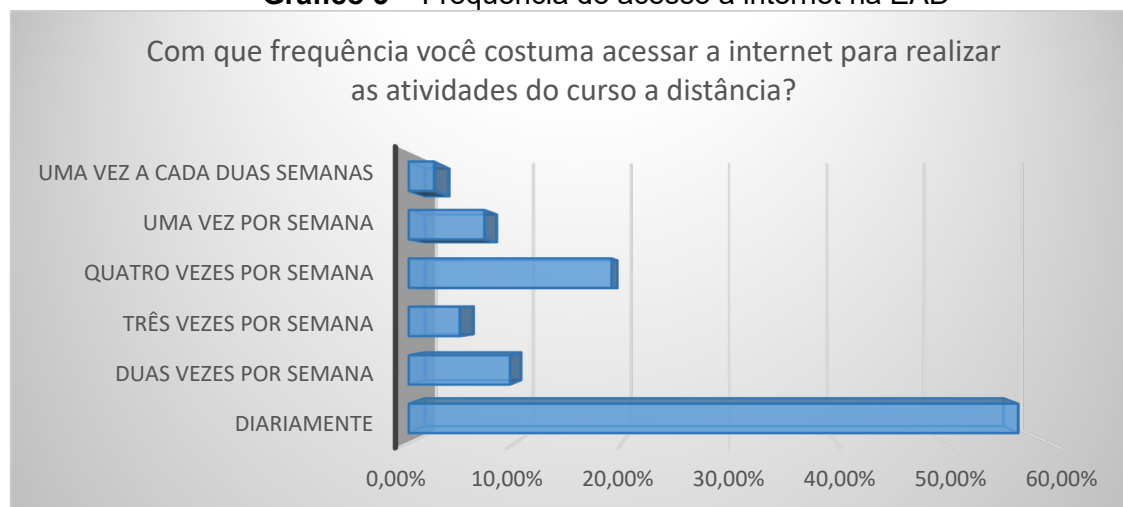


Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à frequência de acesso à internet, o Gráfico 3 apresenta que participantes da pesquisa, em sua maioria, 57,1%, costumam acessar a internet para realizar as atividades do curso a distância todos os dias. Aproximadamente 19% dos entrevistados acessam quatro vezes por semana; 9,5% duas vezes por semana e 7,9%, uma vez por semana. Os dados apresentados no gráfico 6 apontam para o acesso e uso frequente da internet para realização das atividades. Apenas 2,4% dos entrevistados, costumam acessar apenas uma vez a cada duas semanas. Portanto, devido às demandas de atividades das disciplinas e prazos diversos

estabelecidos pelos professores, os alunos precisam acessar a internet e o Moodle com uma frequência razoável para cumprir as exigências das disciplinas.

Gráfico 3 – Frequência de acesso à internet na EAD



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o Quadro 3, a maioria dos entrevistados, 79%, concordam com a afirmação de que a UFPB tem contribuído para inclusão digital por meio dos polos que facilitam os estudos. Esse resultado demonstra a importância que estes locais possuem no tocante ao processo de formação dos estudantes, que podem ter acesso a computadores com internet e tutores para tirar suas dúvidas e auxiliar na resolução das atividades. Apesar disto, apenas 10% dos participantes utilizam com frequência os polos oferecidos pela instituição.

Quadro 3 – Avaliação dos participantes da pesquisa sobre inclusão digital

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
A UFPB tem contribuído para inclusão digital por meio dos polos que facilitam meus estudos	-	5%	17%	60%	19%
Através do curso a distância tenho aprendido a manusear o computador, acessar internet e realizar outras atividades	-	10%	7%	64%	19%
Sem a possibilidade de fazer um curso a distância, não teria condições de ingressar em um curso presencial	-	31%	21%	19%	29%
Considero a infraestrutura oferecida pela UFPB adequada para realização do curso a distância	2%	12%	12%	52%	21%
Recebi um treinamento adequado da plataforma MOODLE e utilizo tranquilamente as suas funcionalidades	19%	21%	19%	33%	7%

Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando o Quadro 3, percebe-se que a maioria dos entrevistados, 83%, concordam com a afirmação de que o curso a distância permite ao estudante aprimorar seus conhecimentos ao manusear o computador, acessar internet e realizar outras atividades. Quase metade dos entrevistados, 48%, afirmaram que sem a EAD não seria possível ingressar em um curso presencial. Estes dados evidenciam a importância da modalidade à distância para inclusão social. Ademais, 73% avaliam que a infraestrutura oferecida pela UFPB é suficiente para realização do curso a distância. Apenas 40% dos entrevistados afirmaram ter recebido treinamento adequado da plataforma Moodle. De uma forma geral, os resultados evidenciam carências que precisam ser sanadas pela UFPB principalmente na oferta de treinamento para nossos ingressos e aprimoramento da infraestrutura.

5.3 Acerca da inclusão social

O Quadro 4 apresenta os principais motivos dos entrevistados no processo de escolha de um curso a distância. O motivo mais citado foi a possibilidade de conciliar o trabalho com o estudo, pois provavelmente trabalham durante o dia e não teriam tempo disponível para estudar no período da noite em uma universidade presencial. O segundo motivo foi a flexibilidade de tempo, dado que os estudantes podem adequar as demandas da universidade ao seu cotidiano e realizar suas atividades em qualquer horário. O terceiro motivo está diretamente associado ao anterior, pois os alunos ingressaram em um curso a distância por falta de tempo para se dedicar a um curso presencial.

Quadro 4 – Ranking de principais motivos de escolha de um curso a distância

Por qual(is) motivo(s) você decidiu ingressar em um curso a distância?		Porcentagem
1º	Conciliar trabalho com estudo	40%
2º	Flexibilidade de tempo	28%
3º	Falta de tempo para realizar um curso presencial	16%
4º	Moro distante de uma cidade com universidade presencial	9%
5º	Possibilidade de estudar em casa	7%

Fonte: Dados da Pesquisa

O quarto motivo citado pelos entrevistados, foi o fato de morarem distante de uma cidade com universidade, impossibilitando um curso presencial. Como se pode observar, a maioria dos participantes da pesquisa são moradores de pequenas cidades que, em sua maioria, não possuem instituições públicas de ensino superior. Por fim, o quinto motivo mencionado foi a possibilidade de estudar em casa.

O Quadro 5 descreve o ranking das principais dificuldades encontradas pelos alunos no curso a distância. O principal fator mencionado, foi a falta de comunicação imediata com o professor. Na EAD, a relação aluno-professor não ocorre simultaneamente, por isso, a maioria dos entrevistados citou este motivo como sendo o gerador de maior dificuldade. O segundo motivo citado tem relação com o anterior, pois os estudantes relataram sentir falta de uma orientação imediata para retirar as dúvidas que surgem no seu cotidiano. O terceiro fator foi a autodisciplina para gerenciar o tempo e as atividades, isto porque uma das características da modalidade a distância é a autonomia que o aluno possui, o que gera uma responsabilidade maior atribuída ao estudante que irá definir seu próprio horário de estudo.

Quadro 5 – Ranking das principais dificuldades encontradas em um curso a distância

Quais são as maiores dificuldades encontradas no curso a distância?		Porcentagem
1º	Falta de comunicação imediata com o professor	28%
2º	Falta de orientação imediata para retirar as dúvidas	24%
3º	Autodisciplina para gerenciar o tempo e as atividades	20%
4º	Falta de suporte e problemas técnicos	17%
5º	Silêncio virtual	11%

Fonte: Dados da Pesquisa

O quarto motivo, foi a falta de suporte e problemas técnicos que pode ser explicado devido aos eventos diversos como sistema fora do ar, queda de energia, quebra de um computador, queda do sinal da internet, entre outros. O quinto fator mencionado foi o silêncio virtual, uma situação muito comum em ambientes de avaliação virtual, onde seus participantes sofrem com a ausência de contato físico e não tem a sensação clara de estar participando de um curso superior com prazos de atividades a cumprir, horários de estudos pré-definidos e contato direto com colegas de turma.

O Quadro 6 sintetiza a sensação dos entrevistados em relação a inclusão ou exclusão social. A maioria, 86% dos participantes da pesquisa, afirmaram sentir-se socialmente incluídos por estarem realizando um curso superior à distância. Um resultado importante, foi o fato de que pelo menos 38% dos alunos sentem que há discriminação ou preconceito das pessoas porque realizam um curso a distância. Em contrapartida, 59% dos participantes da pesquisa acreditam que o mercado de trabalho não faça distinção entre os profissionais que fazem um curso a distância ou presencial.

Quadro 6 – Avaliação dos participantes da pesquisa sobre inclusão e exclusão social

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Considero-me um cidadão socialmente incluído por estar realizando um curso superior a distância	-	5%	10%	55%	31%
Não há discriminação ou preconceito das pessoas porque realizo um curso a distância	2%	36%	17%	31%	14%
Acredito que o mercado de trabalho não fará distinção entre as pessoas que fizeram um curso a distância ou presencial	-	17%	24%	52%	7%
Devido aos fatores limitantes, a EAD é minha única opção para realizar um curso superior	7%	14%	10%	48%	21%
Ao concluir o curso a distância, espero ser contratado pelo mercado de trabalho	-	-	5%	50%	43%

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos participantes, 69%, acredita que devido aos fatores limitantes, a EAD se torna a única opção para realizar um curso superior, isso porque muitos dos alunos trabalham em período integral ou moram em cidades distantes dos grandes centros. Além disso, podem sofrer com limitações financeiras e custos envolvidos em uma graduação de modo presencial. Ao concluir o curso, 93% dos entrevistados esperam ser contratados pelo mercado de trabalho e consequentemente contribuir com a sociedade.

Por fim, 92,9% dos entrevistados, afirmaram que recomendariam o curso a distância, demonstrando que a experiência na EAD pode beneficiar os alunos que sofrem com fatores limitantes de ingresso em uma instituição pública na modalidade presencial. Em médio prazo, por meio do acesso à EAD, pode-se amenizar os aspectos relacionados a exclusão social e digital, assim como afirmam Wixey *et al.* (2005). Através da educação é possível gerar renda e emprego para pessoas que sofrem com as desigualdades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade de ensino a distância, permite que pessoas residentes de pequenos municípios e sem perspectivas de oportunidade de acesso à educação em nível superior, possam estudar em uma instituição pública de qualidade, buscando sua qualificação profissional. Evidencia-se que a EAD pode se tornar a única opção para algumas pessoas que possuem fatores limitantes, como trabalho em tempo integral, ausência de tempo para dedicação exclusiva a graduação presencial ou residem em locais que não possuem proximidade com as universidades públicas tradicionais.

A educação a distância se transforma em uma importante ferramenta de inclusão social e digital, na medida em que oferece oportunidade para alunos que provavelmente não seriam incluídos pela modalidade presencial. No Brasil, em especial, sabe-se que existem diversos fatores sociais e culturais que não foram abordados no presente estudo, mas que estão associados a pobreza e educação básica de má qualidade oferecida pelos pequenos municípios que interferem diretamente no ingresso ou não de pessoas em uma instituição de ensino superior.

Além disso, Almeida e Gonçalves (2013) afirmam que é imprescindível a participação do poder público para proporcionar uma maior distribuição de renda, gerando maior igualdade de oportunidades por meio do uso das TICs, buscando minimizar os impactos causados pela desigualdade social. Sendo assim, políticas públicas devem ser adotadas para impulsionar a participação de pessoas de baixa renda em cursos gratuitos, públicos e na modalidade à distância. Destaca-se ainda, a possibilidade de colaboração entre as esferas municipais, estaduais e federal, no sentido de trabalhar de forma conjunta no desenvolvimento de políticas públicas que possam gerar inclusão.

Os estudantes ainda percebem que há preconceito ou discriminação da sociedade por realizarem um curso a distância, mas reconhecem que se sentem socialmente incluídos, esperam ser incorporados pelo mercado de trabalho e não acreditam que haja distinção das empresas em relação a EAD. Ademais, percebe-se que por meio da modalidade a distância oferecida pela UFPB, pessoas de várias cidades do Nordeste, com baixa renda familiar, que trabalham em tempo integral em diversas faixas etárias, podem ter acesso ao ensino superior público em uma universidade com mais de 60 anos de tradição.

Como fatores limitantes da pesquisa, pode-se destacar a amostra adotada por conveniência e o uso da abordagem quantitativa que restringiu uma análise detalhada. Sugere-se, que estudos futuros abordem características mais aprofundadas dos principais

elementos apontados nesta pesquisa, recomendando o uso de uma pesquisa qualitativa ou estudos quantitativos com maior número de participantes. Além disso, pode-se avaliar outros cursos de educação a distância ofertados por outras universidades públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S.; GONÇALVES, R. B. Inclusão social e suas abordagens na Ciência da Informação: análise da produção científica em periódicos da área de Ciência da Informação no período de 2001 a 2010. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p.239-264, mai./ago.

ARETIO, L. G. **La Educación a Distancia**: de la teoría a la práctica. Barcelona: 2001.

AKHRAS, F. N. Inclusão digital contextualizada para a inclusão social de comunidades isoladas. *Inclusão. Social*, Brasília, DF, v. 4 n. 1, p.19-27, jul./dez. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BRASIL. **Resumo técnico: Censo da educação superior 2014**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em 01 ago. 2017.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & educação**, Bauru, vol.23, n.1, jan./mar. 2017.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social**, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social, Bruxelas, 2003.

DAL POZZO, C. F.; FURINI, L. A. O conceito de exclusão social e sua discussão. *GeoAtos – Revista Geografia em Atos*. Presidente Prudente, n. 10, v.1, p 86-92, jan./jun. 2010, Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/225/claytonn10v1>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.; MEDEIROS, C. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

- LACLAU, E. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs.). **Inclusão social, identidade e diferença: perspectiva pós-estruturalista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LE COADIC, Y-F. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MATTOS, F. A. M.; SANTOS, B. D. D. R. Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 2009.
- MINAYO, M. Trabalho de campo, contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-29.
- PEDROSA, R. H. L. A universidade e a inclusão social. **Rev. latinoam. psicopatol. Fundam**, São Paulo, vol.16, n.1, mar. 2013.
- SHEPPARD, M. **Social work and social exclusion: the idea of practice**. Aldershot: Ashgate, 2006.
- SILVA, H.; et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005.
- SILVA FILHO, A. M. da. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, maio 2003.
- SILVER, Hilary. Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 5, out. 2002.
- UFPBVIRTUAL. Missão da UFPBVIRTUAL. 2012. Disponível em: <http://portal2.virtual.ufpb.br/index.php/instituicao/missao/>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- VAN DER LINDEN, M. M. G. **Introdução à Educação a Distância — EAD**. In: Marcos Barros de Medeiros e Geralda Macedo. (Org.). Caderno de Licenciatura em Ciências Agrárias. 1ª ed. João Pessoa/PB: Editora Universitária/UFPB, 2009, v. 1, p. 33-104.
- WIXEY, S. et al., **Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups**, funded by the EPSRC FIT Programme — Transport Studies Group — Universidade de Westminster, 2005.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos respondentes da pesquisa, à Universidade Federal da Paraíba, professores, coordenadores de cursos de educação a distância e todos os profissionais da EAD que colaboraram com a construção do manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Í. J. B. Guimarães, M. R. F. de Sousa, I. F. de LIMA

Coleta de dados: Í. J. B. Guimarães

Análise de dados: Í. J. B. Guimarães, M. R. F. de Sousa, I. F. de LIMA

Discussão dos resultados: Í. J. B. Guimarães, M. R. F. de Sousa, I. F. de LIMA

Revisão e aprovação: M. R. F. de Sousa, I. F. de LIMA

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

- 1) Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Enrique Muriel-Torrado, Edgar Bisset Alvarez, Camila Barros.

HISTÓRICO

Recebido em: 27-08-2018 – Aprovado em: 17-05-2019

